

Imprensa como partido: uma leitura marxista de Gramsci a partir de VEJA<sup>1</sup>

Carla Luciana Silva\*

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as interpretações teóricas relativas à imprensa como fonte historiográfica. Apresenta e critica a visão liberal de imprensa, especialmente os preceitos de quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade de expressão. Em contraponto, apresenta a concepção gramsciana que entende as empresas de imprensa como partidos políticos. A leitura de Gramsci é retomada a partir de uma vasta pesquisa sobre a atuação da revista Veja no cenário político nacional. A sua atuação é abordada nos diferentes aspectos partidários: formulação, gerenciamento, pedagogia. A atuação concreta que constrói hegemonia é indissociada da ação de classe dos grupos que formulam, organizam e põem em prática um projeto econômico e social de dominação.

A definição da grande imprensa como liberal é genérica. Ela ajuda a naturalizar o caráter capitalista da imprensa. Existem jornais e revistas que se dizem liberais, mas há também os que não se dizem e mesmo assim se identificam por uma série de idéias em comum: quarto poder, opinião pública, responsabilidade social, liberdade de expressão. Estes são valores comumente associados à imprensa “liberal”, ou simplesmente “grande imprensa”, e aparecem como sendo a própria natureza da imprensa.

A noção da imprensa enquanto um instrumento social *a serviço* da sociedade, portanto, alheia aos seus conflitos, aparece nos ideais iluministas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. No artigo XI consta: “*a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; cada cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente (...)*”.<sup>1</sup> A liberdade de expressão é a chave de qualquer sociedade libertária. No entanto, são os grandes veículos de imprensa empresariais que se colocam como guardiões desses direitos. Aqui não está dito que a liberdade acaba sendo submetida ao acesso à impressão, à distribuição, ao financiamento, o que demarca limites

---

<sup>1</sup> Declaração dos direitos do homem. *A Revolução Francesa, 1789-1989*. São Paulo, Editora Três, 1989, p. 146.

permanentes na história da imprensa. Isso se agravou no final do século XX com uma enorme concentração de capital, que fez com que o jornalismo de abrangência nacional (sem nem referir ao internacional) se restringisse cada vez mais em torno de grandes empresas. O aparato tecnológico necessário para produzir e fazer circular jornais ou revistas, e a exigência de altos padrões de qualidade acabam reduzindo sensivelmente a possibilidade de sucesso de uma imprensa contra-hegemônica de grande abrangência. A grande imprensa tornou-se muito sólida, crescendo suas tiragens pelo domínio cada vez maior da técnica de produção e de inserção no mundo da mídia. E nela tem espaço quem se coaduna com os interesses do órgão em que escreve.

Provém da imprensa liberal a idéia de Quarto Poder, proposta em 1828 na Inglaterra, por Thomas Macauley.<sup>2</sup> Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, sendo visto como uma “entidade” que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade. Para que isso funcione a imprensa deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos. É correto dizer que a imprensa vigia o poder. Faz isso supostamente em nome de todos, o que se consubstancia dizendo que fala em nome da “sociedade brasileira”, do “país”, etc. No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe.

---

<sup>2</sup> MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em ‘tempo real’*: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro, Revan, 2002. p. 59.

Daí deriva a noção de “*responsabilidade social do jornalismo*”.<sup>3</sup> Essa visão surgiu nos Estados Unidos, a partir de 1947, defendendo que a imprensa deveria “*proporcionar um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado*”.<sup>4</sup> A imprensa deveria contextualizar o fato dando-lhes significação, ou seja, relatar e expressar sua opinião no mesmo ato, mas sem que isso seja claramente dito, pois a regra define que os espaços de posicionamento sejam aqueles dos editoriais ou os “pontos de vista” assinados.

Para se construir enquanto portadora da verdade é fundamental a idéia de objetividade, e por isso são estabelecidos modelos de atuação - a deontologia da mídia - que define regras e princípios, encarando a mídia apenas como uma “prestadora de serviços”. Ela não se submeteria a uma regulamentação legal ou externa de qualquer natureza, pois se trataria exclusivamente de um serviço, que seguiria regras mercadológicas. Além disso, a “liberdade de imprensa” seria regulada pela própria imprensa. Um desdobramento disso é a afirmação de que a publicidade garante a liberdade de expressão, como se o caráter empresarial da imprensa se desse exclusivamente pela garantia de ter anunciantes. É muito mais que isso, pois há relações políticas necessárias à manutenção dos interesses de mercado, seja para o jornal, seja para os anunciantes. E essas relações serão uma das faces da *ação partidária* da imprensa. Assim como também são vinculadas às necessidades de criação de estilo de vida e de comportamento, que permitem um programa político, social e econômico tanto para os anunciantes como para todo o mercado do qual a imprensa faz parte.

Imprescindível a essa concepção é a noção de “opinião pública”, que seria expressão do pensamento “da maioria”, e justificaria as tomadas de posição dos próprios

---

<sup>3</sup> NOVELLI, Ana Lucia. O Projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.) *Imprensa e poder*. Brasília, EdUnB, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 189-190.

<sup>4</sup> MORETZSOHN, op cit., p. 57.

órgãos de imprensa. Essa opinião pública não existe até o momento em que é criada.<sup>5</sup> Para que ela existisse deveria haver a garantia de esse público tenha tido oportunidade conhecer, discutir, e só então opinar, e não é isso que ocorre. Ela tem sido usada para permitir aos veículos defender quaisquer posições, bastando para isso manipular padrões técnicos de legitimação de suas posições, o que é feito em sintonia com os institutos de pesquisa, que muitas vezes pertencem às próprias empresas jornalísticas.

Esses são limites à liberdade editorial. A liberdade de expressão e a construção de instrumentos de contra-hegemonia tem que enfrentar os limites impostos pela propriedade dos meios de produção, de distribuição e da concentração empresarial. O problema aumenta na medida em que ocorre o desenvolvimento das tecnologias de impressão e de distribuição, tornando cada vez mais inacessível o acesso à circulação de informações senão pelos proprietários de poderosos complexos industriais nos quais se transformaram os parques gráficos das grandes empresas jornalísticas.<sup>6</sup> Continua atual a sentença de Cláudio Abramo sobre “a regra do jogo”: “*ao longo de minha experiência de chefe de redação deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono. Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono*”.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Vozes, Petrópolis, 2002, p. 43. Essa interpretação se baseia também em BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Michel J M Thiollent. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. 5a ed. São Paulo, Polis, 1987.

<sup>6</sup> Resta aos “pequenos” alugar o parque gráfico das grandes empresas, que se reservam o direito de imprimir ou não, de acordo com suas conveniências. O mesmo ocorre com os esquemas de distribuição nacional, como mostra o recente caso do jornal *Brasil de Fato*, um projeto de jornal vinculado ao MST e outros movimentos sociais, que correu risco de não poder circular porque as grandes distribuidoras nacionais se recusavam a distribuí-lo.

<sup>7</sup> ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Companhia das letras, 1988, p. 117. Existem outras formulações semelhantes a essa, e não apenas para a imprensa brasileira, como expressam, por exemplo, Osvaldo Bayer e Horvath: “*a liberdade de imprensa é a propriedade*”. In: HORVATH, Ricardo. *Revolución y periodismo*. Buenos Aires. Centro Cultural de la cooperación. 2003, p. 9.

As reflexões de Antonio Gramsci sobre jornalismo são um ponto de partida para avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário, pois a “opinião do dono” não é apenas um gosto pessoal. Para Gramsci, jornais e revistas são “*meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura*”,<sup>2</sup> e estarão sempre articulados a um agrupamento cultural, “*mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral*”. A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra,<sup>3</sup> lhe confere o caráter de atuação *partidária*, atendendo a objetivos previamente definidos. Nesse sentido, “*são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos*”.<sup>4</sup> Isso se dá porque eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação.

Há uma unidade em torno da qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si, mesmo quando nele existam espaços para expressão de posições contraditórias. Muitas vezes, a unidade precisa ser entendida em relação à editora, onde melhor se visualiza a ação empresarial, sobretudo na indústria cultural segmentadora. Para avançar nessa questão, retomamos a associação entre jornalismo e partido político proposta por Gramsci. O partido é, para alguns grupos, “*nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos*” e de que é “*o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais*”, posto que ele tem como papel “*elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política*”.<sup>5</sup> Como qualquer partido formal, o jornal não escapa das contradições internas, e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. Diante disso, a capacidade de seu programa propor soluções é

permanentemente colocada em xeque, num processo tenso de negação e reafirmação. A sua atuação enquanto intelectual coletivo é a de formular, organizar e gerenciar. É, portanto, uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes.

A imprensa se constitui como *sujeito* para permitir sua ação *partidária*. Os grandes jornais e revistas se utilizam desse mecanismo para legitimar a sua ação, escondendo seu caráter partidário. Eles atribuem a si mesmos um caráter autônomo, a partir dos preceitos da suposta independência, que permite, por exemplo, que a *Folha de São Paulo* “fale de si mesmo” como *A Folha*, *O Estado de São Paulo*, como *O Estadão*, e assim por diante. Eles aparecem quase como pessoas: querem, sentem, opinam... Eles “criam” a si próprios, e isso facilita encaminhar projetos e propostas concretas. Eles apontam caminhos (rumos, norte), promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a ela atribuído o papel de organizar a “*agenda coletiva*”.<sup>6</sup> Mas isso não implica em filiação a um partido formal, pois “*a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender*”.<sup>7</sup> E isso remete à existência de vínculos com outros formuladores e gerenciadores.

Gramsci também chama a atenção para o sentido pedagógico da atuação dos partidos. É aqui onde *Veja* tem uma ação mais transparente, ou seja, na consolidação de uma visão de mundo, tanto no que diz respeito à própria história vivida, como também na inserção dos seus leitores como seres políticos, agentes em posição específica no mundo do trabalho, o que requer padrões comportamentais de forma mais ampla. O jornalismo, nessa perspectiva, é visto como uma “*escola dos adultos*”,<sup>8</sup> posto que “*não se pode falar de elite-aristocracia-vanguarda como de uma coletividade indistinta e caótica*”,<sup>9</sup> portanto, faz-se necessária uma formação sólida e coerente. Assim, uma revista como *Veja* é um instrumento da luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento histórico. Mas, como vimos, a visão liberal muitas vezes busca ocultar o fato de que possui um “*projeto orgânico, sistemático e argumentado*”,<sup>10</sup> que se cria no âmbito da editora, como uma “*estrutura*

material da ideologia”, que busca organizar a “estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica”.<sup>11</sup> Por isso, além de agir com relação aos problemas da grande política (as questões que definem o rumo dos acontecimentos macroeconômicos e políticos), mantendo uma ação permanente na pequena política (as pequenas questões e intrigas políticas). É nas grandes questões que Veja busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido.<sup>12</sup> Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida.

A própria revista busca dar esse sentido à sua ação, dizendo que seu leitor é o “formador de opinião”. Diz estar explicando o que acontece, inclusive “poupando tempo” do leitor, o que diz acaba sendo a versão sobre a realidade que acaba prevalecendo. A rigor, não existe o leitor, pois são as próprias revistas que criam a necessidade das pessoas lerem, fazendo-lhes acreditar que ali vão encontrar a interpretação, os caminhos, a saída. Como tratam de todos os temas, se colocando como portadora das atualidades, entretenimento e informação, fica mais fácil a sua ação partidária e a reprodução de opinião que é formulada nesse âmbito.<sup>13</sup>

O alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma ação de classe, criando seus próprios intelectuais, que querem com ela buscar uma unidade de ação comum. Por isso ela toma para si o papel de educação continuada, na medida em que mantém o processo educacional escolar, pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos “lugares sociais”, ditando como cada um deve se comportar.<sup>14</sup> Mas o projeto é cuidadoso no sentido de buscar aparecer como sendo para cada um, deve ser internalizado, fazer sentido na própria individualidade; ao mesmo tempo, diz ser para todos: “a nação”, o “país”, “a sociedade”. A ação pedagógica ensina também o sujeito a se comportar de acordo com as mudanças de seu mundo, ou seja, o processo de criar necessidades, de criar o seu consumidor, e mais que isso, um novo estilo de vida. Há portanto um padrão tido como normal: o liberal (quarto poder e opinião pública sobretudo). E

há uma ação política e econômica passível de ser percebida mas ocultada, a ação partidária: que formula, gerencia e educa.

---

<sup>1</sup> Esse texto sintetiza parte da reflexão teórica de minha tese de doutorado: VEJA: o indispensável partido neoliberal. Niterói, UFF, 2005.

<sup>2</sup> Professora do Curso de História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

<sup>3</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001. P. 32.

<sup>4</sup> Embora Gramsci diferencie revistas e jornais, em termos gerais eles se equiparam enquanto instrumentos partidários.

<sup>5</sup> Idem, p. 218.

<sup>6</sup> Gramsci, op. cit., p. 24.

<sup>7</sup> Nos padrões atuais, como forma de desconstruir outros espaços de ação política, o papel de “agendar a discussão” se coloca como uma forma de despolitizar a discussão, pois é só na aparência que esse é um “espaço democrático”. Muniz Sodré aponta para esse papel da mídia, alertando que essa é uma questão ainda pouco estudada. (Op. cit. p. 26.)

<sup>8</sup> JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder*. ligações perigosas. São Paulo, Salvador, Hucitec, Edufba, 1996, p. 26.

<sup>9</sup> GRAMSCI, op. cit. p. 229.

<sup>10</sup> Idem, p. 231.

<sup>11</sup> Idem, p. 32.

<sup>12</sup> Idem, p. 78.

<sup>13</sup> Cf definições em: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. Caderno 13 (vl. 3), p. 21, 22.

<sup>14</sup> Certamente que isso não exclui as inúmeras possibilidades de leitura, de recepção, de mediação. Mas o nosso foco de análise é a produção desses mecanismos pela revista, mostrando-os como altamente eficientes.

<sup>15</sup> Sobre o papel educacional das revistas, ver: GENTIL, Rogério Henriques. *Reflexões sobre a importância política educacional das revistas*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 1999. O autor mostra uma estreita harmonia entre diferentes revistas da editora Abril: *Veja* (e o projeto *Veja* na sala de aula); *Nova Escola* e *Exame*. As mesmas posições são defendidas de forma “didaticamente compreensível” para os diferentes níveis sociais. Mais que isso, explicando de forma diferente as funções de cada um na história presente.